



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI
Gabinete do Presidente

LEI MUNICIPAL Nº 2178 DE 01 DE ABRIL DE 2013

EMENTA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO SOBRE A CRIAÇÃO, COMPETÊNCIA E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DOS ANIMAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Câmara Municipal de Barra do Piraí aprova e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º – Autoriza a criação do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos dos Animais (CMDDA) com objetivo de promover as políticas de proteção e defesa dos animais no âmbito municipal.

Parágrafo único: Caberá ao CMDDA definir as linhas Políticas Municipais específicas, a serem adotadas com a finalidade de promover intervenção dos programas, projetos e serviços na proteção dos animais.

Art. 2º - É competência do CMDDA, entre outras:

- I - Atuar na proteção e defesa dos animais quer sejam os chamados de estimação, domesticados e ou domésticos, bem como os animais da fauna silvestre e exóticos;
- II - Promover programa de educação continuada de conscientização da população a respeito da propriedade responsável de animais e proteção ecológica dos animais, podendo, para tanto, contar com parcerias de entidades de proteção animal e outras organizações não-governamentais, universidades, empresas públicas e/ ou privadas, nacionais ou internacionais, entidades de classe ligadas aos médicos veterinários e órgãos públicos.
- III - Desenvolver um cronograma anual de atividades a serem realizadas, visando à proteção dos animais, dentre elas, obrigatoriamente, a campanha anual de vacinação e os programas de controle sobre a reprodução de cães e gatos e de esterilização;
- IV - Atuar na defesa dos animais feridos e abandonados;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI
Gabinete do Presidente

- V - Colaborar na execução do Programa de Educação Ambiental, na parte que concerne à proteção de animais feridos e abandonados;
- VI - Solicitar e acompanhar as ações dos órgãos da Administração, Direta ou Indireta, que têm incidência no desenvolvimento dos programas de proteção e defesa dos animais;
- VII - Colaborar e participar nos planos e programas de controle das diversas zoonoses;
- VIII - Incentivar a preservação das espécies de animais da fauna silvestre, bem como a manutenção dos seus ecossistemas, principalmente de proteção ambiental, estações, reservas e parques ecológicos, assumindo ou encaminhando aos órgãos e entidades competentes, animais apreendidos por tráfico ou caça ilegal cuja manutenção ou soltura, seja impraticável.
- IX - Propor alterações na legislação vigente para criação, transporte, manutenção e comercialização, visando aprimorar e garantir maior efetividade no respeito ao direito legítimo e legal dos animais, evitando-se a crueldade aos mesmos e resguardando suas características próprias, e
- X - Propor a realização e atuar ativamente de campanhas de esclarecimentos a população quanto ao tratamento digno que deve ser dado aos animais e de adoção de animais visando o não abandono.

Art. 3º- O CMDDA será composto por 06(seis) membros titulares e seus respectivos suplentes, com mandato de 03(três) anos, sendo permitidas reconduções:

- I - Um representante da Secretaria Municipal de Saúde e seu respectivo suplente;
- II - Um representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e seu respectivo suplente;
- III - Um representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e seu respectivo suplente;
- IV - 03(três) membros representantes da sociedade civil, e seus suplentes

§ Primeiro. Os representantes listados nos incisos, I, II, III serão indicados pelo Chefe do Executivo Municipal.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI
Gabinete do Presidente

§ Segundo. Os representantes listados no inciso IV serão eleitos, juntamente com seus respectivos suplentes, em Fórum convocado através de edital, com essa finalidade, que será acompanhado pelos conselheiros representantes do Poder Público, dentre municípios reconhecidamente comprometidos com a causa.

Art. 4º- O CMDDA será presidido por um de seus membros, eleito por maioria simples.

Art. 5º As funções de membro do Conselho não serão remuneradas, sendo consideradas como serviço público relevante.

Art. 6º O CMDDA poderá solicitar a colaboração de órgãos e instituições municipais, estaduais e federais, públicos ou privadas, para o desenvolvimento de programas.

Art. 7º O CMDDA promoverá, anualmente, no mínimo, uma plenária aberta à participação de todos os cidadãos, entidades da sociedade civil e movimentos populares, com objetivos de analisar os trabalhos realizados, orientar sua atuação e propor projetos.

Art. 8º O CMDDA estabelecerá o seu Regimento Interno que deverá ser aprovado em reunião ordinária.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, 01 DE ABRIL DE 2013.

MAERCIO FERNANDO OLIVEIRA DE ALMEIDA

Prefeito Municipal

Projeto de Lei nº 015/2013
Autor: Pedro Fernando de Souza Alves

Praça Nilo Peçanha nº 07 – Centro – Barra do Piraí-RJ CEP 27123-020
Tels.: (24) 24439650 Fax: (24) 24439673– E-mail: cm_bp@ig.com.br